



## Engie Solar Paracatu III Geração Centralizada SPE S.A.

CNPJ nº 23.741.514/0001-01 | NIRE nº 31.300.114.155

Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (valores expressos em reais ou de outra forma quando indicado)

Balancos patrimoniais		Nota	31/12/2021	31/12/2020	Demonstração dos resultados		Nota	31/12/2021	31/12/2020	Demonstração das mutações do patrimônio líquido		Capital social	Adiantamento p/futuro	Reserva de lucros (prejuízos acumulados)	Lucros (prejuízos acumulados)	Patrimônio líquido
<b>Ativo/Ativo Circulante</b>			<b>28.926.204</b>	<b>44.793.513</b>	Receita operacional líquida	22	24.590.402	20.728.359								
Caixa e equivalentes de caixa	4	22.383.102	34.277.694	Custos na venda de energia	23	(10.076.095)	(8.532.623)									
Contas a receber	5	2.500.615	6.908.388	<b>Lucro bruto</b>		14.514.307	12.195.736									
Impostos a recuperar	6	592	592	<b>Receitas (despesas) operacionais</b>												
Adiantamentos a fornecedores	7	2.988.165	3.392.816	Despesas gerais e administrativas	24	(813.572)	(729.542)									
Outros ativos circulantes	10	1.053.730	214.024	Outras receitas	25	668.542	-									
<b>Ativo não circulante</b>		<b>177.769.538</b>	<b>181.218.925</b>	Outras despesas	25	(190.365)	(923.147)									
Aplicações financeiras vinculadas	4	3.773.879	3.399.903	<b>Total receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(335.395)</b>	<b>(1.652.690)</b>									
Outros ativos não circulantes	8	485.045	3.475.000	<b>Lucros antes do resultado financeiro</b>		<b>14.178.912</b>	<b>10.543.047</b>									
Depósitos judiciais	9	316.414	338.680	<b>Receitas (despesas) financeiras</b>												
Direito de uso de arrendamento	12	4.898.143	3.333.293	Receitas financeiras	26	1.182.176	3.682.416									
Imobilizado	10	164.165.752	167.222.372	Despesas financeiras	26	(19.529.993)	(11.173.384)									
Intangível	11	4.130.305	3.449.677	<b>Total resultado financeiro</b>		<b>(18.347.817)</b>	<b>(7.490.968)</b>									
<b>Total do ativo</b>		<b>206.695.742</b>	<b>226.012.438</b>	<b>(Prejuízo) lucro antes da tributação</b>		<b>(4.168.905)</b>	<b>3.052.079</b>									
<b>Balancos patrimoniais</b>				IRPJ/CSSL corrente	16.1	(2.583.982)	(2.320.144)									
<b>Passivo e patrimônio líquido/ Circulante</b>			<b>10.586.229</b>	<b>29.889.760</b>	IRPJ/CSSL diferido	16.3	1.174.245	144.336								
Fornecedores	13	32.819	2.103.558	<b>Total tributos sobre o lucro</b>		<b>(1.409.737)</b>	<b>(2.175.808)</b>									
Empréstimos e financiamentos	14	7.713.621	6.966.388	<b>(Prejuízo) lucro líquido do período</b>		<b>(5.578.642)</b>	<b>876.271</b>									
Tributos a pagar	15	608.602	527.974	<b>Resultado por ação do capital social</b>		<b>(0,0796)</b>	<b>0,0125</b>									
Adiantamentos a clientes	17	-	4.448.529	<b>Demonstração do resultado abrangente</b>												
Provisões	18	1.078.658	10.418.576													
Outras contas a pagar	20	1.132.405	5.203.356	<b>Prejuízo (lucro) líquido do período</b>		<b>(5.578.642)</b>	<b>876.271</b>									
Dividendos a pagar	21.4	-	208.115	<b>Resultado abrangente do período</b>		<b>(5.578.642)</b>	<b>876.271</b>									
Arrendamento mercantil	12	20.124	13.264													
<b>Passivo não circulante</b>		<b>127.652.213</b>	<b>122.294.851</b>	<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>												
Empréstimos e financiamentos	14	122.132.329	117.267.526													
Tributos diferidos	16.2	162.291	1.335.048													
Provisões para contingências	19	286.915	286.915													
Arrendamento mercantil	12	5.070.678	3.405.362													
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>68.457.300</b>	<b>73.827.827</b>													
Capital social	21.1	70.062.596	70.062.596													
Reserva legal	21.2	246.900	246.900													
Reserva de lucros (prejuízos) acumulados	21.3	(1.852.196)	3.518.331													
<b>Total do passivo</b>		<b>206.695.742</b>	<b>226.012.438</b>													

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

**1. Contexto operacional:** A Engie Solar Paracatu III Geração Centralizada SPE S.A., subsidiária da Engie Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. ("Holding Paracatu"), por sua vez pertencente ao grupo da Solaredirect Holding Brasil S.A. ("Grupo ENGIE Solar") iniciou suas atividades em 26/11/2015, sediada na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais, na Rodovia MG 188 Km 10 a direita mais 13 Km a sede Gerada Mor, Fazenda São João, Zona Rural, sendo constituída com prazo determinado de 25 anos e posteriormente alterando o prazo para indeterminado conforme artigo 3º de seu Estatuto Social. A Companhia tem por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e exploração de Empreendimento de energia elétrica por fonte solar a ser desenvolvido no parque solar denominado UVF Paracatu III na cidade de Paracatu no Estado de Minas Gerais, o qual possui previsão de potência instalada de 33 MW. A Companhia assinou com a união, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir de sua celebração em 26/04/2016, conforme publicação no Diário Oficial da União para construção, operação e manutenção das instalações das usinas solares. A contabilização da energia produzida pela Companhia ocorre de forma mensal. De acordo com o Preço de Venda Atualizado (PVA), a cada 12 meses, há o encontro de contas, comparando o volume gerado com o vendido no leilão. Desvios negativos são restituídos pela Companhia, enquanto desvios positivos são recebidos de acordo com o percentual preestabelecido no contrato. A Administração do Grupo Engie Solar, em conjunto com seus acionistas, tem aplicado esforços visando a otimização da estrutura financeira do grupo buscando minimizar os impactos das despesas financeiras de seu financiamento e, neste sentido, garantem o aporte de quaisquer recursos financeiros necessários para a continuidade das operações da Companhia. **2. Apresentação das demonstrações e principais práticas contábeis:** A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 20/05/2022. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica do OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas, principalmente, nas notas explicativas: **• Nota Explicativa nº 10 e 11 - Depreciação e amortização;** **• Nota Explicativa nº 12 - Realização do direito de uso do ativo;** **• Nota Explicativa nº 16 - Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos;** **• Nota Explicativa nº 19 - Provisão para contingências.** **3. Principais práticas contábeis - 3.1. Apresentação das demonstrações contábeis:** Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação ocorrer nos próximos doze meses. Caso contrário será demonstrado como não circulante. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras vinculadas:** A Companhia considera uma aplicação financeira os recursos que possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, com vencimento que pode variar de 90 dias a 05 anos, a contar da data da contratação. Em todas essas aplicações, a disponibilidade dos recursos é imediata e os valores contábeis são compatíveis com os valores de realização. Correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de livre movimentação temporários que possuem ser sacados a qualquer momento sem riscos de alterações de valor. As aplicações financeiras vinculadas são registradas no ativo não circulante e representam os saldos das contas reservas do serviço da dívida, ou seja, valores necessários para perfazer o montante equivalente a no mínimo três parcelas mensais de pagamento da dívida com o BNDES e/ou três meses de despesas decorrentes do contrato de operação e manutenção. Os mesmos são reclassificados para o ativo circulante de acordo com sua competência de realização. **3.3. Contas a receber - Mercado de curto prazo e energia reserva:** Os contratos de compra e venda de energia celebrados no mercado - tanto no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) como no Ambiente de Contratação Livre (ACL) - devem ser registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que realiza a medição dos montantes efetivamente produzidos/consumidos por cada agente. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Assim, o Mercado de Curto Prazo é o segmento onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes e a Energia de Reserva referem-se ao contrato de venda de energia de reserva CER, celebrado no mercado junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) - alcançado mediante participação do 8º Leilão para contratação de Energia de Reserva, promovido pela ANEEL, o que lhe conferiu outorga a gerar energia elétrica, mediante a operação das Centrais Geradoras Solar Paracatu III, localizada em Paracatu - MG, com Potência Instalada de 33 MW. Para a operação descrita acima, não há constituição de Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), pois a CCEE efetua os pagamentos mensais constantes em contrato, apurando eventuais diferenças entre a energia contratada e a fornecida ao final de cada ano do contrato, e aplicando os ajustes necessários no ano seguinte. **3.4. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de sua respectiva depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: **•** O custo de materiais e mão de obra direta; **•** Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; **•** Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados. Os softwares comprados que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** A depreciação é reconhecida no resultado de forma linear, com base na vida útil do Parque Solar, sendo calculada a partir da data em que o bem entra em funcionamento. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do mês subsequente à data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro desde que ocorram mudanças significativas em relação às variáveis que possam alterar a vida útil dos ativos e a mensuração posterior dos ativos, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **3.5. Intangível:** Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados conforme Nota Explicativa nº 11 Intangível e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **3.6. Arrendamento Mercantil:** Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela companhia. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: **•** O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; **•** Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes, dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. **3.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em

**Fluxo de caixa das atividades operacionais**

**Lucro (prejuízo) antes do IR e CS** (4.168.905) 3.052.079

**Ajustes ao lucro:**

Depreciação e amortização 5.925.338 5.522.299

Amortização direito de uso 122.700 96.839

Provisão de juros - arrendamentos 401.786 335.143

Aplicações financeiras vinculadas (373.975) -

Provisões 1.004.666 360.906

Depósitos judiciais 22.266 67.760

Tributos diferidos 1.488 (178.157)

Troca em garantia de imobilizado 53.230 -

Baixa ativo imobilizado 69.758 -

Perdas de créditos não liquidados 300 -

**3.058.650 9.256.869**

**Varição nos ativos e passivos**

Varição contas a receber 4.407.773 432.977

Varição impostos a recuperar - 328

Varição outros ativos 2.149.949 (3.413.764)

Varição adiantamentos a fornecedores 404.651 5.037.450

Varição fornecedores (2.070.740) (2.575.400)

Varição tributos a pagar 30.749 (19.850)

Varição outras contas a pagar (4.070.951) (5.189.592)

Varição adiantamentos de clientes (4.448.529) 4.448.529

**Caixa gerado pelas operações** (3.597.098) (1.279.843)

IR e CS pagos (2.534.102) (2.254.322)

**(2.534.102) (2.254.322)**

**Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais** (3.072.550) 5.722.704

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraiados, sujeitos a juros e aos fornecedores. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os passivos financeiros são por padrão mensurados ao custo amortizado, exceto: (i) contratos de garantia financeira; (ii) compromissos de ceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; (iii) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para o desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável. Um passivo financeiro será mensurado ao valor justo por meio do resultado quando eliminar e/ou reduzir de forma significativa o descasamento contábil ou se o grupo do passivo ser gerenciado ao valor justo. **Desreconhecimento (baixa):** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. **iii) Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas ou de realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.9. Obrigações trabalhistas e tributárias:** Representam os valores de tributos e contribuições devidos pela Companhia na data do encerramento social do exercício. **3.10. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSSL) são apurados com base no lucro presumido. **Correntes:** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável (presunção) do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque considera apenas as receitas auferidas ao longo de cada trimestre, visto a opção pela tributação apurada pelo lucro presumido. **Diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, inclusive sobre os Ajustes de Avaliação Patrimonial, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. **3.11. Reconhecimento de receita:** As receitas da Companhia decorrem principalmente da geração e comercialização de energia elétrica, nos termos do contrato comercial. Enquanto não faturado, a receita pela geração de energia elétrica é reconhecida pelo montante gerado e seu faturamento é efetuado no mês subsequente. **3.12. Outras receitas/despesas:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", nas demonstrações do resultado. **3.13. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação ou direito presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação ou ainda creditados e uma estimativa confiável do valor da obrigação ou direito possa ser feita. A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de natureza cível. A Administração apoiada na opinião de seus assessores jurídicos legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências. **3.14. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios. **3.15. Resultado por ação:** O resultado por ação foi calculado de acordo com o artigo 187 - inciso VIII da Lei nº 6.404/76, o qual exige que seja apresentado nas demonstrações do resultado, o lucro ou prejuízo líquido do exercício (básico e diluído) e o seu montante por ação do capital social (resultado dividido pela quantidade de ações em circulação na data-base das demonstrações contábeis). A Companhia não possui itens diluidores do seu lucro líquido do exercício, apresentando, desta forma, apenas o lucro básico por ação. **3.16. Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.17. Novas normas e interpretações:** Não houve a aplicação de novas normas e interpretações no exercício findo em 31/12/2021 que impactassem nas operações da Companhia. **4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas:** Os investimentos em aplicações financeiras estão representados por quotas de fundos de investimentos de curto prazo e renda fixa, continua ->



continuação		Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis da Engie Solar Paracatu III Geração Centralizada SPE S.A.									
com rendimentos próximos à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) e com disponibilidade diária e estão distribuídos conforme abaixo: <b>Circulante:</b>		31/12/2021		31/12/2020							
Bancos		2.420.896		3.366.792							
Aplicações Financeiras		19.962.206		30.910.902							
<b>Total</b>		<b>22.383.102</b>		<b>34.277.694</b>							
<b>Não Circulante:</b>		31/12/2021		31/12/2020							
Aplicações Financeiras vinculadas (*)		3.773.879		3.399.903							
<b>Total</b>		<b>3.773.879</b>		<b>3.399.903</b>							
(*) As aplicações financeiras registradas no ativo não circulante representam os saldos das contas reservas (exigência do BNDES), sendo: • Conta reserva do serviço da dívida, valor necessário para perfazer o montante equivalente a no mínimo três parcelas mensais de pagamento da dívida com BNDES; • Conta reserva O&M valor necessário para perfazer o montante equivalente a três meses de despesas decorrentes do contrato de operação e manutenção.											
<b>5. Contas a receber:</b> O valor de faturamento da Companhia é de 30 dias, razão pelo qual o prazo dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda de energia.		31/12/2021		31/12/2020							
Energia de Reserva		2.500.615		6.699.042							
Mercado de Curto Prazo		-		209.346							
<b>Total</b>		<b>2.500.615</b>		<b>6.908.388</b>							
O modelo do setor elétrico brasileiro conta, desde 2008, com a Energia de Reserva, destinada a elevar a segurança no fornecimento no Sistema Interligado Nacional (SIN). A energia de reserva é oriunda de usinas especialmente contratadas para este fim, de forma complementar ao montante contratado no ambiente regulado (ACR). A regulamentação do mecanismo deu-se pelo Decreto nº 6.353, de 16/01/2008, e o início da comercialização ocorreu um ano mais tarde. A CCEE passou a representar os agentes de consumo desta energia e a responder pela centralização da relação contratual entre as partes e pela gestão da Conta de Energia de Reserva. Esta modalidade de contratação é formalizada mediante a celebração dos Contratos de Energia de Reserva (CER), entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE - na condição de representante dos agentes de consumo, incluindo os consumidores livres, aqueles referidos no § 5º do art. 26 da Lei nº 9.427/1996 e os autoprodutores. Os Contratos de Uso de Energia de Reserva (CONUER) são celebrados entre a CCEE e os agentes de consumo, distribuidores, consumidores livres e consumidores especiais, em decorrência dos Contratos de Energia de Reserva (CER), estes celebrados entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE. Para a operação descrita acima, não há constituição de Perda Esperada para Crédito de Liquidação Duvidosa											
<b>Composição do ativo imobilizado:</b>											
<b>Descrição</b>		<b>Taxa de depreciação (a.a. %)</b>		<b>Custo</b>		<b>Depreciação acumulada</b>		<b>Valor líquido</b>		<b>Valor líquido</b>	
Parque Solar		3,33		169.148.816		(15.117.228)		154.031.588		146.385.537	
Subestação Consórcio		3,33		11.203.632		(1.100.206)		10.103.427		10.492.250	
Móveis e Utensílios		6,25		31.271		(533)		30.738		30.738	
<b>Subtotal</b>		<b>180.383.720</b>		<b>(16.217.967)</b>		<b>164.165.752</b>		<b>156.877.787</b>		<b>156.877.787</b>	
Imobilizado em andamento (*)		-		-		-		10.344.585		-	
<b>Total</b>		<b>180.383.720</b>		<b>(16.217.967)</b>		<b>164.165.752</b>		<b>167.222.372</b>		<b>167.222.372</b>	
<b>Movimentação do ativo imobilizado</b>		31/12/2020		Adições		Baixas (**)		Transferências (***)		Depreciações	
Parque Solar		146.385.537		13.928.214		(89.259)		(830.547)		(5.362.356)	
Subestação Consórcio		10.492.250		-		-		-		(388.824)	
Móveis e Utensílios		-		31.271		-		-		(533)	
<b>Subtotal</b>		<b>156.877.787</b>		<b>13.959.485</b>		<b>(89.259)</b>		<b>(830.547)</b>		<b>(5.751.713)</b>	
Imobilizado em andamento (*)		10.344.585		-		(10.344.585)		-		-	
<b>Total</b>		<b>167.222.372</b>		<b>13.959.485</b>		<b>(10.433.844)</b>		<b>(830.547)</b>		<b>(5.751.713)</b>	
(*) Imobilizado em andamento refere-se às aquisições e transferências de equipamentos para conclusão da construção dos parques solares. Em julho de 2021, o valor provisionado referente ao imobilizado em andamento foi faturado pelo fornecedor. A provisão foi revertida e o valor do documento fiscal foi contabilizado para compor o custo do Parque Solar. (***) As baixas do parque solar referem-se à venda de módulos para outra empresa do grupo Paracatu e cancelamento de notas fiscais reflexo das conciliações entre adiantamentos e fornecedores oriundos de períodos passados. (***) As transferências do parque solar referem-se à substituição de placas e equipamentos em garantia, bem como reflexo das conciliações entre adiantamentos e fornecedores oriundos de períodos passados. Em agosto de 2021, o valor do software SCADA foi reclassificado para o intangível. <b>11. Intangível:</b> Representado por:											
<b>Composição do ativo intangível:</b>											
<b>Descrição</b>		<b>Taxa de Vida Útil</b>		<b>Amortização</b>		<b>2021</b>		<b>2020</b>			
		<b>amortização (a.a. %)</b>		<b>(anos)</b>		<b>Custo</b>		<b>acumulada</b>		<b>Valor líquido</b>	
Projeto Parque Solar		3,33		30		3.696.082		(369.608)		3.326.474	
Software SCADA		3,33		30		854.253		(50.422)		803.831	
<b>Total</b>		<b>30</b>		<b>4.550.335</b>		<b>(420.030)</b>		<b>4.130.305</b>		<b>3.449.667</b>	
<b>Movimentação do ativo intangível:</b>		31/12/2020		Adições		Transferências		Baixas		Amortizações	
Projeto Parque Solar		3.449.677		-		-		-		(123.203)	
Software SCADA		-		57.435		830.547		(33.728)		(50.422)	
<b>Total</b>		<b>3.449.677</b>		<b>57.435</b>		<b>830.547</b>		<b>(33.728)</b>		<b>(173.625)</b>	
Os valores constantes na conta intangível são registrados pelo custo de aquisição reduzidos da amortização acumulada apurada no método linear com relação à vida útil do parque solar e refere-se à aquisição de projeto para construção do parque solar no município de Paracatu, adquirido junto a Solatio Energia. Em agosto de 2021, o valor do software SCADA que compunha o valor do Parque Solar foi reclassificado para o intangível, bem como a respectiva amortização. O intangível possui vida útil com base no contrato de operação comercial do parque solar. <b>12. Direito de uso de arrendamento:</b> Representado por:											
<b>Composição do direito de uso de arrendamento</b>											
<b>Descrição</b>		<b>Taxa de desconto</b>		<b>Prazo (anos)</b>		<b>Direito de uso</b>		<b>Renegociação</b>		<b>Amortização</b>	
		10,20%		35		3.430.132		1.687.549		(219.539)	
<b>Total</b>		<b>10,20%</b>		<b>35</b>		<b>3.430.132</b>		<b>1.687.549</b>		<b>(219.539)</b>	
* O contrato é renegociado anualmente com base no IGP-M/FGV. A taxa considerada na renegociação em 2021 foi de 37,06%.											
<b>Movimentação Direito de Uso - ativo não circulante. Movimentação do arrendamento mercantil - passivo circulante:</b>											
<b>Descrição</b>		<b>Taxa anual</b>		<b>Prazo (anos)</b>		<b>Valor líquido</b>		<b>Renegociação</b>		<b>Amortização</b>	
		10,20%		35		13.264		5.216		(417.159)	
<b>Total</b>		<b>10,20%</b>		<b>35</b>		<b>13.264</b>		<b>5.216</b>		<b>(417.159)</b>	
Obs.: O valor classificado no circulante é consideravelmente inferior ao não circulante no início do arrendamento em decorrência do alto volume de juros incluídos nas primeiras parcelas diante do longo prazo do contrato de arrendamento. Isso tende a uma inversão ao longo dos últimos anos do contrato. <b>Movimentação do arrendamento mercantil: passivo não circulante:</b>											
<b>Descrição</b>		<b>Taxa anual</b>		<b>Prazo (Anos)</b>		<b>Valor líquido</b>		<b>Renegociação</b>		<b>Transferência</b>	
		10,20%		35		3.405.362		1.682.333		(417.159)	
<b>Total</b>		<b>10,20%</b>		<b>35</b>		<b>3.405.362</b>		<b>1.682.333</b>		<b>(417.159)</b>	
A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige a apresentação comparativa de períodos anteriores. Os passivos de arrendamento mercantil foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados pela taxa de captação incremental do arrendatário em 1º de janeiro de 2019. Essa taxa foi calculada com base na taxa de captação incremental do Grupo ajustada de acordo com o CPC 06 (R2), levando em consideração: o ambiente econômico das subsidiárias e, em particular, seu risco de crédito, a moeda na qual o contrato foi concluído e a duração restante do contrato em 1º/01/2019. A metodologia aplicada para determinar a taxa de empréstimo incremental reflete a perfil dos pagamentos da locação (método de duração). A taxa de empréstimo incremental média ponderada aplicada aos passivos de arrendamento mercantil em 1º/01/2019 era de 10,20%, e a mesma continua para os anos de 2020 e 2021. No exercício de 2020 o cálculo do arrendamento mercantil foi reavaliado em decorrência da Performance Negativa entre a energia contratada e a energia entregue para a CCEE, considerando que a receita fixa de energia de reserva e a penalidade é base para cálculo do arrendamento. O período de vigência do contrato junto ao locador que se iniciou em 01/02/2019 possui término previsto em 31/01/2054. A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas parcelas não descontadas: <b>Vencimentos dos arrendamentos a pagar representados no passivo:</b>											
<b>Vencimento das parcelas</b>		<b>Valor (R\$)</b>									
2022		508.513									
2023		508.513									
2024		508.513									
<b>Saldo em 31/12/2019</b>		<b>6.003.175</b>		<b>108.057.146</b>		<b>114.060.321</b>					
Captação BNDES - principal		311.948		5.251.117		5.563.065					
Captação BNDES - juros		10.665.506		-		10.665.506					
Transferências		(3.959.262)		3.959.262		-					
Amortização de principal		(3.214.193)		-		(3.214.193)					
Amortização de juros		(2.840.786)		-		(2.840.786)					
<b>Saldo em 31/12/20</b>		<b>6.966.389</b>		<b>117.267.526</b>		<b>124.233.914</b>					
Captação BNDES - principal		19.022.629		-		19.022.629					
Captação BNDES - juros		-		-		-					
Transferências		(4.864.804)		4.864.804		-					
Amortização de principal		(7.293.447)		-		(7.293.447)					
Amortização de juros		(6.117.146)		-		(6.117.146)					
<b>Saldo em 31/12/21</b>		<b>7.713.621</b>		<b>122.132.329</b>		<b>129.845.950</b>					
<b>Vencimentos do financiamento:</b>		<b>Valor (R\$)</b>									
2022		7.713.621									
2023		7.713.621									
2024		7.713.621									
2025 a 2030		46.281.725									
2031 a 2038		60.423.363									
<b>Total financiamento</b>		<b>129.845.950</b>									
<b>14.1. Liberação de recursos:</b> Em 18/07/2019, o BNDES abre à Companhia, crédito total no valor de R\$ 115.636.935, créditos estes que serão postos à disposição da Companhia parceladamente, depois de cumpridas as condições de liberação referidas nas cláusulas de seu contrato, em função das necessidades para a realização do projeto financiado, respeitadas a programação financeira do BNDES, que está subordinada à definição de recursos para suas aplicações, pelo Conselho Monetário Nacional. No decorrer do exercício de 2020, o BNDES adicionalmente liberou o montante de R\$ 5.563.065, destinados à implantação da UFV Paracatu III, localizada no município de Paracatu, Estado de Minas Gerais. <b>14.2. Taxas de juros:</b> Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,98% ao ano (a título de remuneração), pelo spread do BNDES de 1,94% ao ano e variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) <i>pro rata temporis</i> . <b>14.3. Garantias da operação:</b> Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes deste Contrato, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas foram estabelecidas as seguintes garantias: I. A Solairedirect Holding dá, ao BNDES, em penhor, a totalidade de suas ações atuais e futuramente detidas, de emissão da Paracatu Holding, bem como quaisquer outras ações representativas do capital social da Paracatu Holding, que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo emitidas pela mesma; II. A Paracatu Holding dá ao BNDES em penhor, a totalidade de suas ações atuais e futuramente detidas, de emissão das Beneficiárias, bem como quaisquer outras ações representativas do capital social das Beneficiárias, que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo emitidas pelas mesmas; III. As Beneficiárias dão em penhor ao BNDES, os módulos fotovoltaicos e inversores relativos ao Projeto; IV. As Beneficiárias cederão fiduciariamente ao BNDES: a) Os direitos creditórios provenientes dos Contratos de Energia de Reserva ("CERs") celebrados entre as Beneficiárias e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); b) Os direitos creditórios provenientes de quaisquer outros contratos de compra e venda de energia que venham a ser celebrados pelas Beneficiárias, no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no Ambiente de Contratação Regulada (ACR); c) Quaisquer outros direitos creditórios e/ou receitas que sejam decorrentes do Projeto, inclusive aqueles relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste; d) Entre outros direitos. V. A Paracatu Holding cederá fiduciariamente ao BNDES: a) Os direitos creditórios da											
<b>16. Apuração do imposto de renda e contribuição social corrente e tributos diferidos:</b> Durante o exercício de 2020 e 2021, a Companhia foi tributada ao Lucro Presumido, sendo mais viável as suas atividades de acordo com o seu projeto de negócios.											
<b>16.1. Apuração do IR e CS - resultado:</b>											
		2021		2020							
		IRPJ		CSLL		Totais		IRPJ		CSLL	
Receita bruta		27.516.149		27.516.149		-		31.069.120		31.069.120	
(+/-) Receitas de Energia Reserva Retidas		-		-		-		-		-	
(-) Receita tributável no período		27.516.149		27.516.149		-		31.069.120		31.069.120	
Alíquota presunção		8%		12%		-		8%		12%	
<b>Lucro presumido</b>		<b>2.201.292</b>		<b>3.301.938</b>		<b>-</b>		<b>2.485.530</b>		<b>3.728.294</b>	
Outras receitas		5.177.896		5.177.896		-		4.080.043		4.080.043	
<b>Base de cálculo</b>		<b>7.379.188</b>		<b>8.479.834</b>		<b>-</b>		<b>6.565.573</b>		<b>7.808.337</b>	
IRPJ (15%) e CSLL (9%) devido		1.106.878		763.185		1.870.063		984.836		702.750	
Adicional do IRPJ - 10%		713.919		-		-713.918,83		632.557		-	
<b>Total do imposto/contribuição devido</b>		<b>1.820.797</b>		<b>763.185</b>		<b>2.583.982</b>		<b>1.617.393</b>		<b>702.750</b>	
<b>Composição dos tributos no resultado</b>											
Imposto/Contribuição do período		(1.820.797)		(763.185)		(2.583.982)		(1.617.393)		(702.750)	
Impostos Diferidos		861.935		312.310		1.174.245		91.621		52.715	
<b>Total</b>		<b>(958.862)</b>		<b>(450.875)</b>		<b>(1.409.737)</b>		<b>(1.525.772)</b>		<b>(650.035)</b>	
<b>16.2. Movimentação do diferido - passivo:</b>											
<b>Natureza dos créditos</b>		<b>Saldo 31/12/2020</b>		<b>Provisão</b>		<b>Reversão</b>		<b>Provisão</b>		<b>Reversão</b>	
Mercado Curto Prazo (Não Faturado)		159.548		797.715		(796.460)		1.030.669		(1.029.181)	
Energia de Reserva (Não Faturado)		-		-		-		-		-	
Performance Negativa SDBR		1.175.500		-		(1.175.500)		-		-	
<b>Total</b>		<b>1.335.048</b>		<b>797.715</b>		<b>(1.971.960)</b>		<b>1.030.669</b>		<b>(1.029.181)</b>	
<b>16.3. Imposto de renda e contribuição social diferido - resultado:</b> Os valores de tributos diferidos no resultado referem-se às diferenças temporárias dos impostos conforme demonstrado abaixo:											
<b>Composição do diferido - resultado:</b>											
<b>Natureza dos créditos</b>		<b>Base de cálculo</b>		<b>IRPJ</b>		<b>CSLL</b>		<b>Total</b>		<b>Total</b>	
Mercado Curto Prazo (Não Faturado)		2.500.615		861.935		312.310		1.174.245		138.336	
Energia de Reserva (Não Faturado)		-		-		-		-		-	
Performance Negativa SDBR		-		-		-		-		6.000	
<b>Total</b>		<b>2.500.615</b>		<b>861.935</b>		<b>312.310</b>		<b>1.174.245</b>		<b>144.336</b>	



☆ continuação

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis da Engie Solar Paracatu III Geração Centralizada SPE S.A.

O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: **a)** 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do Capital Social; **b)** Do saldo restante, feitas as deduções e destinações referidas acima, será distribuído aos acionistas um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, pagável no prazo de 60 dias a contar da data de sua declaração, salvo deliberação em contrário da Assembleia geral; e **c)** O saldo remanescente será destinado à conta de reserva de lucros, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral. Em assembleia realizada no dia 30/04/21 os acionistas renunciaram o recebimento dos dividendos apurados em 2020. O saldo de dividendos a pagar foi revertido e destinado à conta de reservas de lucros (prejuízos acumulados). **21.5. (Prejuízo) Lucro básico e diluído por ação:** O resultado por ação, básico e diluído, foi calculado com base no resultado do exercício atribuído aos acionistas no período findo em 31/12/2021 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação, comparativamente com o mesmo período de 2020. A Companhia não possui instrumentos financeiros com potencial de diluição do resultado por ação, assim, os resultados básicos e diluídos por ações são iguais para todos os exercícios apresentados.

	31/12/2021	31/12/2020
Resultados do exercício	(5.578.642)	876.271
Quantidade de ações	70.062.596	70.062.596
<b>(Prejuízo) Lucro básicos e diluídos por ações - em R\$</b>	<b>(0,0796)</b>	<b>0,0125</b>

**22. Receita operacional líquida:**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Representado por:</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Fornecimento de energia de reserva - (faturado)	31.793.924	26.241.503
Energia elétrica CP - geração própria - (faturado)	170.754	39.399
Energia de Reserva Retida - (faturada)	-	4.788.218
Fornecimento de energia de reserva - (competência 2020)	(4.198.427)	-
<b>Total receita faturada</b>	<b>27.766.251</b>	<b>31.069.120</b>
Fornecimento de energia de reserva - (não faturado)	-	(39.399)
Energia elétrica CP - geração própria (não faturado)	(170.754)	79.238
Energia de Reserva Retida - (não faturada)	-	(4.788.218)
Penalidade CER	(1.972.467)	(4.636.517)
Deduções por atraso e desempenho	(26.800)	-
<b>Total receita a faturar/performance negativa/ desempenho</b>	<b>(2.170.021)</b>	<b>(9.384.896)</b>
<b>Total Receita Bruta</b>	<b>25.596.230</b>	<b>21.684.224</b>
<b>Deduções da receita bruta</b>		
PIS	(178.856)	(201.949)
COFINS	(825.484)	(932.074)
PIS diferido	(265)	31.727
COFINS diferido	(1.223)	146.431
<b>Total deduções</b>	<b>(1.005.828)</b>	<b>(955.865)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>24.590.402</b>	<b>20.728.359</b>

**23. Custo de produção de energia:** Os custos de produção de energia constituem-se nos valores abaixo: Representado por:

	31/12/2021	31/12/2020
Consumo de Energia	(87.020)	(57.609)
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(1.562.245)	(1.430.903)
Depreciação/Amortização	(5.924.804)	(5.522.299)
Amortização direito de uso (Aluguéis)	(122.700)	(96.839)
Outros Custos (*)	(2.379.327)	(1.424.974)
<b>Total</b>	<b>(10.076.095)</b>	<b>(8.532.623)</b>

(\*) Outros custos incluem seguros, serviços de manutenção, segurança e vigilância, alugueis de veículos e equipamentos, energia elétrica, serviços de engenharia, consultoria técnica, limpeza e conservação, entre outros. Estes gastos são necessários para operação do parque solar.

**24. Despesas gerais e administrativas:** As despesas operacionais constituem-se nos valores abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Utilidades e Serviços	(1.580)	(232)
Telecomunicações	(94.085)	(69.374)
Serviços Tomados PJ	(477.851)	(353.195)
Despesas Gerais	(130.217)	(87.805)
Tributos	(109.840)	(215.568)
Ocupação	-	(3.369)
	<b>(813.572)</b>	<b>(729.542)</b>

**25. Outras receitas e despesas:** Representado por: **Outras receitas**

	31/12/2021	31/12/2020
Bonificações recebidas	535.803	-
Outras Receitas Tributadas	186	-
Doações Recebidas (*)	122.613	-
Reversão Provisão - Verif./Certif. Crédito de Carbono	415	-
Remessa em Garantia - Sem Retorno	7.509	-
Imobilizado remetido para descarte	2.016	-
<b>Total outras receitas</b>	<b>668.542</b>	<b>-</b>
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Outras despesas	-	(805.949)
Projeto água limpa	-	(26.581)
Verificação/Certificação Crédito de Carbono	-	(58.634)
Doações Recebidas	-	(31.983)
Indenizações Judiciais	(131.471)	-
Depreciação Móveis e Utensílios	(533)	-
Remessa em Garantia - Com Retorno	(53.230)	-
Baixa de imobilizado descartado	(2.016)	-
Outras Despesas Indedutíveis	(2.815)	-
Perdas de Créditos Não Liquidados	(300)	-
<b>Total outras despesas</b>	<b>(190.365)</b>	<b>(923.147)</b>

(\*) As doações recebidas referem-se ao equipamento de medição de sujidade, utilizado para medir a quantidade de sujeira acumulada nos módulos de geração de energia fotovoltaica. O aparelho foi enviado do Reino Unido por Campbell Scientific Ltd. em 22/04/21. Por se tratar de uma importação, o valor da receita é deduzido dos custos de impostos incidentes.

**26. Resultado financeiro:** Representado por:

	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos de aplicações financeiras	1.136.900	3.609.525
Descontos obtidos	-	1
Variação monetária ativa	45.275	72.891
Juros Ativos	1	-
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>1.182.176</b>	<b>3.682.416</b>
Tarifas bancárias	(4.977)	(4.307)
Juros passivos	(2.148)	(2.643)
Variação monetária passiva	(1.249)	(5.065)
IOF	(16.311)	(115.167)
Multas	(7.516)	(1.773)
Juros s/financiamento	(19.022.629)	(10.665.506)
Juros (AVP) IFRS 16	(401.786)	(335.143)
Perdas de Aplicações financeiras	-	(1.068)
Comissões BNDES	(22.000)	(42.711)
Remunerações Citibank	(51.377)	-
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(19.529.993)</b>	<b>(11.173.384)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(18.347.817)</b>	<b>(7.490.968)</b>

(\*) O aumento da despesa financeira deve-se ao aumento do IPCA sobre os empréstimos ao longo do exercício de 2021 em comparação ao exercício de 2020.

**27. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros:**

**27.1. Gerenciamento de riscos:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (inflação e juros) e risco de liquidez, ao qual a Companhia entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. A Administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa. Adicionalmente, a Companhia procede com a avaliação tempestiva da posição consolidada da Companhia, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta. As descrições dos riscos da Companhia são descritas a seguir.

**27.2. Riscos de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação monetária. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber e fornecedores.

**27.3. Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber). Os riscos de crédito nas atividades operacionais da Companhia são administrados por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento das duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento.

**27.4. Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, para que haja recursos financeiros disponíveis para o devido cumprimento de suas obrigações.

**27.5. Valor justo dos instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação. A Companhia e suas controladas classificam a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis: **• Nível 1** - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos; **• Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos, seja indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos; **• Nível 3** - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração. Segue abaixo o quadro de classificação por nível de risco:

Companhia	2021		2020	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Caixa e bancos	2.420.896	-	3.366.792	-
Aplicações financeiras	-	19.962.206	-	30.910.902
Aplicações financeiras vinculadas	-	3.773.879	-	3.399.903
<b>Total</b>	<b>2.420.896</b>	<b>23.736.085</b>	<b>3.366.792</b>	<b>34.310.805</b>

Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria e valor justo:

Companhia	2021		2020	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Custo amortizado</b>				
Caixa e bancos	2.420.896	2.420.896	3.366.792	3.366.792
Contas a receber	2.500.615	2.500.615	6.966.388	6.908.388
Outros ativos não circulantes	485.045	485.045	3.475.000	3.475.000
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>5.406.556</b>	<b>5.406.556</b>	<b>13.808.180</b>	<b>13.750.180</b>
<b>Valor justo por meio de resultado</b>				
Aplicações financeiras	19.962.206	19.962.206	30.910.902	30.910.902
Aplicações financeiras vinculadas	3.773.879	3.773.879	3.399.903	3.399.903
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>23.736.085</b>	<b>23.736.085</b>	<b>34.310.805</b>	<b>34.310.805</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo pelo custo amortizado</b>				
Fornecedores	32.819	32.819	2.103.558	2.103.558
Empréstimos e financiamentos	129.845.950	129.845.950	124.233.914	124.233.913
<b>Total passivos financeiros</b>	<b>129.878.769</b>	<b>129.878.769</b>	<b>126.337.472</b>	<b>126.485.761</b>

**28. Eventos subsequentes:** Em março de 2022, a Engie Brasil Energias Complementares Participações Ltda. empresa controlada pela Engie Brasil Energia S.A. adquiriu 100% das ações da Solairedirect Holding Brasil S.A. ("Solairedirect"), detentora dos Conjuntos Fotovoltaicos Paracatu e Floresta, e ENGIE Solar Brasil Energia e Consultoria Ltda. ("ENGIE Solar"), ambas pertencentes ao Grupo ENGIE. O Conselho de Administração da ENGIE Brasil Energia instalou um Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas ("CPR"), para avaliar a operação de aquisição. O CPR também contratou as seguintes consultorias independentes para apoiar no processo, das quais: (i) due diligence legal e apoio na negociação do contrato de compra e venda; (ii) due diligence contábil, financeira, tributária e trabalhista; (iii) due diligence técnica; e (iv) consultoria para a emissão de opinião sobre a avaliação e geração de valor dos ativos (fairness opinion). Após a realização das devidas due diligences, avaliações dos ativos e negociações dos termos e condições da operação, realizados com o apoio de consultorias especializadas contratadas pelo CPR, este enviou um relatório com sua recomendação ao Conselho de Administração, que aprovou a aquisição das empresas em reunião realizada em 14/02/2022. A conclusão da operação ocorreu após o atingimento das condições precedentes previstas no contrato, em 16/03/2022, pelo montante de R\$ 692 milhões, sendo R\$ 36 milhões sujeitos ao atingimento de condições estabelecidas no contrato.

**Diretoria**

**José Luiz Jansson Laydner** - Diretor  
**Amanda Aparecida Mota** - Contadora - CRC SP 233929/O-1

Declaramos, na qualidade de diretor e contadora da ENGIE Solar Paracatu III Geração Centralizada SPE S.A. ("Companhia"), sociedade por ações, com sede na Cidade Paracatu, Estado de Minas Gerais, na Rodovia MG 188 Fazenda São João, Zona Rural, CEP 38.609.899, inscrita no CNPJ sob o nº 23.741.514/0001-01, revimos, discutimos e concordamos com o conjunto das Demonstrações Contábeis, assim como com a opinião expressa no relatório dos auditor independente referente às demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2021. Paracatu, 20 de maio de 2022.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da Engie Solar Paracatu III Geração Centralizada SPE S.A. São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Engie Solar Paracatu III Geração Centralizada SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** **Demonstrações contábeis dos valores correspondentes comparativos:** As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo

em 31/12/2020, apresentado para fins de comparação, foram auditadas por nós e emitimos relatório datado em 26/04/2021 com ressalva relacionada à ausência de conciliação de adiantamentos e imobilizado em andamento para construção do parque solar, que foram conciliados durante o exercício corrente conforme. **Nota Explicativa nº 10: Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **•** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; **•** Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; **•** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; **•** Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de

continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; **•** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de maio de 2022

**Grant Thornton**  
**Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.**  
CRC 2SP-034.766/O-0

**Alcides Afonso Louro Neto**  
CT CRC 1SP-289.078/O-2

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/7E01-0E0E-BF70-4EC2> ou vá até o site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7E01-0E0E-BF70-4EC2



### Hash do Documento

4ZohCrWy+B/8cJRWs0FFmfdH69JaTkaE+yWcHiOTPPc=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/11/2022 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 23/11/2022 21:58 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

